

Demonstrações Financeiras e  
Relatório da Administração  
2015



**Eletrobras**  
Eletropar

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

Senhores Acionistas,

A Administração da Eletronet Participações S.A. – ELETROPAR, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 30 de março de 2016, e do Parecer do Conselho Fiscal, datado de 30 de março de 2016, bem como breve relato dos fatos mais relevantes que marcaram a gestão no ano de 2015.

**ATIVIDADE OPERACIONAL**

A ELETROPAR, criada pela Lei n.º 9.163, de 15 de dezembro de 1995, sob a denominação social de Light Participações S.A. – LIGHTPAR, é uma Sociedade por Ações de Capital Aberto, controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletronet, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo por objeto social principal a participação no capital social da Eletronet – Eletricidade de São Paulo S.A. e de outras sociedades. A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se identifica a seguir:

	2015	2014
Liquidez Geral	2,92	4,94
Liquidez Corrente	5,58	48,88
Endividamento total sobre Ativo	16,06%	8,24%
Retorno do Patrimônio Líquido	3,66%	(2,09%)
Margem Líquida	152,92%	(27,98%)

Em relação ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU-Regional/RJ), foram cumpridas todas as obrigações relacionadas com a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, a prestação de contas do exercício de 2014 acompanhada do relatório de gestão, foi apresentada conforme DNs n.º 140/2014 e 134/2013, alterada pela 139/2014. Já a prestação de contas do exercício de 2015, bem como o relatório de gestão serão apresentados no exercício de 2016, conforme DNs n.º 147/2015, e 146/2015. O resultado positivo do exercício veio se verificando nos lucros auferidos ao longo das Demonstrações Financeiras Intermediárias apresentadas em 2015, finalizando com um lucro líquido de R\$ 5.310.

**PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

A posição dos investimentos da ELETROPAR, em 31/12/2015, apresentou a seguinte composição:

EMPRESA	TIPO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)
CTEEP <sup>1</sup>	PN	1.060.225	0,66
Eletronet <sup>2</sup>	PNB	2.095.644	1,25
EMAE <sup>3</sup>	PN	523.911	1,42
Energias do Brasil <sup>4</sup>	ON	1.485.678	0,31
CPFL Energia <sup>5</sup>	ON	1.758.021	0,18

<sup>1</sup> Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP

<sup>2</sup> Eletronet Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO

<sup>3</sup> Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE

<sup>4</sup> EDP Energias do Brasil S.A. - ENERGIAS DO BRASIL

<sup>5</sup> CPFL Energia S.A. - CPFL Energia

As participações nas investidas CTEEP e EMAE são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato da controladora da ELETROPAR, a Eletronet, possuir participação nas mesmas empresas que as caracteriza como coligadas. Nas demais investidas foi realizada a mensuração, através da aplicação do método do valor justo, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado. A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Apresentamos a seguir o valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:

	2015	2014
Eletronet	17.603	18.148
Energias do Brasil	17.888	13.326
CPFL Energia	26.687	31.500
<b>Total</b>	<b>62.178</b>	<b>62.974</b>

**NEGÓCIO ELETRONET**

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas pertencentes à Fumas Centrais Elétricas S.A. ("Fumas"), Eletronet – Centrais Elétricas S.A. ("Eletronet"), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("Chesf") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), que, quando citadas em conjunto, são denominadas de ("Cedentes"), companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletronet"), por meio de Contrato de Cessão de Direito de Uso, celebrado entre ELETROPAR e as Cedentes, e de Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas, celebrado entre Eletronet e ELETROPAR (sob a antiga denominação de Light Participações S.A.), em 22 de agosto de 1999, tendo como prazo de vigência 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração. A composição acionária da Eletronet é de 49% do capital social da ELETROPAR e 51% da AES Bandeirante Empreendimentos LTDA. A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios, inviabilizaram sua continuidade, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de autofalência pela Eletronet. Sua falência foi efetivamente decretada por meio de sentença proferida no dia 16 de maio de 2003, a qual ainda determinou, liminarmente, a continuidade dos negócios da falida ("Processo Falimentar").

Durante os últimos meses, a ELETROPAR, com a supervisão da Eletronet, e a outra acionista da Eletronet, LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. (atual denominação da AES Bandeirante LTDA.) vêm buscando o encerramento da falência. Cabe destacar que a ELETROPAR além de acionista da Eletronet, também é credora.

Com objetivo de verificar a viabilidade do levantamento da falência, a Eletronet, holding da ELETROPAR, contratou advogado especialista na área de direito falimentar para evitar riscos jurídicos, e a ELETROPAR contratou uma empresa de consultoria para prestação de serviços de avaliação estratégica e financeira da Eletronet.

Diante dos resultados do trabalho de avaliação estratégica e financeira da Eletronet e do detalhamento dos aspectos legais contidos no parecer elaborado pelo especialista no assunto, concluiu-se pelo levantamento da falência da Eletronet, com a extinção de suas obrigações. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Eletronet aprovaram, respectivamente, nos dias 23 de novembro e 26 de novembro de 2015, a celebração do Memorando de Entendimentos a ser firmado, de um lado, por Eletronet, ELETROPAR e LT Bandeirantes e, de outro lado, Furukawa Industrial S.A Produtos Elétricos ("Furukawa") e Alcatel-Lucent Brasil S.A. ("Alcatel-Lucent"), visando formalizar os entendimentos das partes com o fim de viabilizar o levantamento da falência mediante extinção de obrigações da Eletronet S.A. ("Eletronet").

No dia 26 de novembro de 2015, o Conselho de Administração da ELETROPAR aprovou a assinatura deste Memorando de Entendimentos. No dia 15 de dezembro de 2015 foi realizada a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., requerida pelos credores representativos de mais de um quarto do passivo habilitado, com fulcro no artigo 122 do Decreto-Lei n.º 7.661/45. Os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Em 18 de dezembro de 2015 foi proferida sentença, nos autos da ação de falência da Eletronet S.A. ("Eletronet"), a qual, dentre outras disposições: (i) homologou as deliberações aprovadas na Assembleia Geral de Credores de 15 de dezembro de 2015; e (ii) decretou o encerramento da falência da Eletronet, com o retorno ao pleno exercício dos direitos societários por seus acionistas e a retomada das atividades regulares da Eletronet.

Após a homologação das deliberações aprovadas na Assembleia Geral de Credores, a síndica da massa falida iniciou o processo de quitação das obrigações para com os credores. A ELETROPAR, como credora, recebeu em 23 de dezembro de 2015 parte do valor acordado.

O processo de levantamento da falência ainda está em andamento, com previsão de conclusão ainda no 1º semestre de 2016. Maiores detalhes são apresentados na nota explicativa n.º 8, às Demonstrações Financeiras de 2015.

**COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R\$ 118.054, dividido em 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. A composição acionária assim se apresenta, em 31 de dezembro de 2015:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	(%)
Eletronet	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.857	1.915.985	16,29
<b>Total</b>	<b>28.858</b>	<b>11.764.889</b>	<b>100,00</b>

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 12,33 por ação. Em 31 de dezembro de 2014, o valor patrimonial foi de R\$ 11,98 por ação.

**RELACIONAMENTO COM O MERCADO DE CAPITAIS**

O relacionamento com os investidores e analistas do mercado de capitais, bem como de instituições financeiras, foi realizado pelo Diretor Superintendente e de Relações com Investidores. O atendimento aos acionistas foi efetuado pelo Banco Bradesco, como instituição financeira depositária das ações, e pela própria ELETROPAR.

A seguir, o quadro contendo resumo das negociações ocorridas na BMF&BOVESPA:

		2015		2014	
		Quantidade	Volume (R\$)	Quantidade	Volume (R\$)
<b>1. Mercado à Vista (lote-padrão)</b>					
Quantidade		14.200	16.900		
Volume (R\$)		719.693	857.556		
N.º de negócios		37	48		
Fechamento (R\$ / ação)		48,90	51,40		
<b>2. Mercado Fracionário</b>					
Quantidade		1.296	1.375		
Volume (R\$)		64.092,44	67.265,37		
N.º de negócios		84	125		
Fechamento (R\$ / ação)		40,00	49,86		
<b>3. Mercado a Termo</b>					
Quantidade		12.000	12.000		
Volume (R\$)		651.856,08	646.905,36		
N.º de negócios		16	26		

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

ATIVO	(em milhares de Reais)	31/12/2015		31/12/2014	
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes Caixa	Nota 5	5.388	14.529		
Títulos de Valores Mobiliários	6	64.053	42.075		
Remuneração dos Investimentos	7	91	552		
Ativos fiscais a compensar	9	3.919	2.518		
Outros Créditos	13	316	-		
Contas a Receber com Partes Relacionadas	8	2.384	-		
		<b>76.151</b>	<b>59.674</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					
Contas a Receber - Eletronet	8	2.768	-		
Ativos fiscais a compensar	9	2.192	2.741		
Depósitos judiciais	12	54	51		
		<b>5.014</b>	<b>2.792</b>		
<b>INVESTIMENTOS</b>					
Avaliados por equivalência patrimonial	10	29.345	28.035		
Avaliados a valor justo		62.178	62.974		
IMOBILIZADO		37	57		
INTANGÍVEL		28	19		
		<b>96.602</b>	<b>93.877</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO PASSIVO</b>		<b>172.753</b>	<b>153.551</b>		
<b>CIRCULANTE</b>					
Remuneração aos acionistas	13	1.341	-		
Contas a pagar	11	11.461	876		
Tributos e contribuições sociais		218	134		
Obrigações estimadas		316	211		
Provisões para riscos trabalhistas	16	300	-		
		<b>13.636</b>	<b>1.221</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Imposto de renda e contrib. social diferidos	12	11.342	11.428		
Contas a Pagar - Cedentes	11	2.768	-		
		<b>14.110</b>	<b>11.428</b>		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social		118.054	118.054		
Reserva legal		481	215		
Dividendo adicional proposto		4.020	-		
Ajustes de avaliação patrimonial		22.452	22.633		
		<b>145.007</b>	<b>140.902</b>		
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>172.753</b>	<b>153.551</b>		

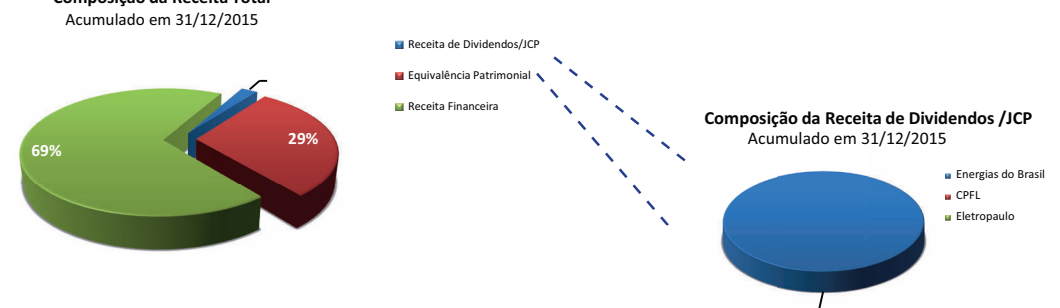
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei). A ELETROPAR apresentou no quarto trimestre de 2015, lucro líquido no valor de R\$ 365, inferior em 8,46% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro de R\$ 399. No exercício de 2015, a companhia apresentou lucro de R\$ 5.310, superior em 280,38% ao apresentado no exercício social anterior, quando a empresa obteve prejuízo no valor de R\$ 2.944. As Receitas Totais de 2015, no montante de R\$ 10.985, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 32,85% inferiores àquelas auferidas no exercício social de 2014, estas no montante de R\$ 16.358. A redução na Receita Total se explica em decorrência da queda na receita de equivalência e do reconhecimento de dividendos e Juros sobre Capital Próprio declarados apenas pela investida Energias do Brasil. (vide gráfico 2) O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial (das investidas CTEEP e EMAE) e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (Eletronet, EDP Energias e CPFL) que são avaliadas ao valor justo por meio do patrimônio líquido. Apresentamos a seguir a composição das receitas no exercício social de 2015:

Gráfico 1: Composição da Receita Total

**Composição da Receita Total**



**Composição da Receita de Dividendos/JCP**

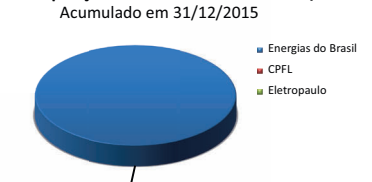


Gráfico 2: Comparativo 2015 versus 2014 - Receitas Totais

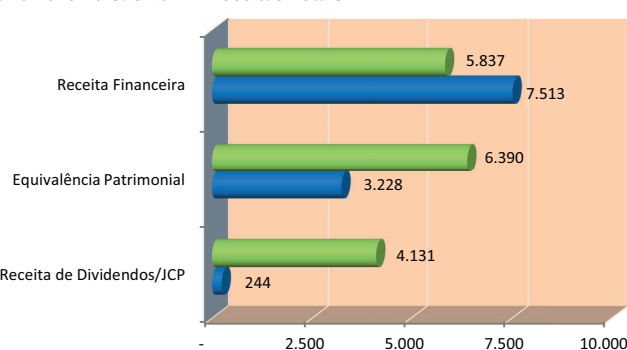


Gráfico 3: Comparativo 2015 versus 2014 - Receita de Dividendos/JCP por investida

O Resultado Financeiro em 2015, no montante de R\$ 7.462, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou aumento de 31,70% quando comparado ao apurado no exercício de 2014, cujo valor foi de R\$ 5.665. Tal efeito pode ser explicado pela elevação da taxa que rentabiliza os fundos e pelo maior recurso financeiro aplicado. Em relação às Despesas Operacionais, que alcançou o montante de R\$ 4.998, em 2015, observa-se uma redução na ordem de 73,15%, em relação ao exercício de 2014, quando seu valor foi de R\$ 18.611. Importante ressaltar que no ano de 2014, foram reconhecidas a perda na subscrição das ações da CTEEP e a provisão para redução ao valor recuperável das ações da Eletronet, no montante total de R\$ 14.614. Assim, caso tais perdas e reversões não tivessem sido realizadas as despesas operacionais em 2015 e 2014 totalizariam, respectivamente, o valor de R\$ 4.809 e R\$ 3.997. Ou seja, a comparação do montante de despesas operacionais do exercício de 2015 com o de 2014 (ajustado sem o efeito das perdas e da reversão da provisão) mostraria um aumento na ordem de 20,30%, em função da elevação de gastos com pessoal e da provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais trabalhistas. Parte do aumento com gastos de pessoal justifica-se em virtude do acordo coletivo celebrado em 2015 e da requisição de um empregado da Eletronet, para suprir a vaga que encontrava-se em aberto desde o retorno do contador para a Eletronet em 2013.

**PRINCIPAIS INDICADORES**

A seguir, os principais indicadores econômicos e financeiros da ELETROPAR, relativos ao exercício de 2015, comparados com os de 2014:

	2015	2014
Receitas Operacionais	3.472	10.521
Receitas Financeiras	7.513	5.837
Receita Total	10.985	16.358
EBITDA (R\$ Mil)	(1.500)	(8.070)
Lucro Líquido (R\$ Mil)	5.310	(2.944)
Margem EBITDA (%)	(43,21)	(76,70)
Margem Líquida (%)	152,92	(27,98)
Lucro Por Ação – Básico e Diluído (R\$)	0,45137	(0,25023)

**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

A Administração da ELETROPAR, com base no artigo 189 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei n.º 11.638/2007 e na Lei n.º 11.941/09, propõe a distribuição de dividendos equivalentes a 100% (cem por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, equivalente a R\$ 0,45564 por ação. Esse valor será atualizado com base na taxa Selic a partir de 01/01/2016, até a data do efetivo início de pagamento. Sobre a parcela referente à atualização pela taxa Selic incidirá IRRF. Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2015, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, que monta em R\$ 1.340 (no valor de R\$ 0,11391 por ação). O restante, no valor de R\$ 4.020 (no valor de R\$ 0,34173 por ação), está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

Lucro Líquido do Exercício	5.310
(-) Reserva legal	(266)
Lucro Líquido Ajustado	5.044
(+) Dividendos prescritos	316
Saldo a Distribuir	5.360
Proposta de destinação do resultado:	
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.340
Dividendo adicional proposto	4.020
	5.360
	<b>Dividendo p/ ação</b>
	0,11391
	0,34173
	<b>0,45564</b>

**AUDITOR INDEPENDENTE**

Nos termos da Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia passou a utilizar os serviços de auditoria independente fornecidos pela KPMG Auditores Independentes, a partir de março de 2014, que incluem a auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 3 (três) anos. A Companhia desde então não possui com os referidos Auditores nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de Auditoria Independente. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria externa, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

**AGRADECIMENTOS**

Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da gestão da ELETROPAR, neste exercício.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016.

A Administração

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

	(em milhares de Reais)	01/01/2015 a 31/12/2015		01/01/2014 a 31/12/2014	
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
Dividendos	Nota	198	3.715		
Juros sobre capital próprio		46	416		
Participação societária		3.228	6.390		
		<b>3.472</b>	<b>10.521</b>		
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Pessoal/honorários		(3.161)	(2.424)		
Materiais e produtos		(56)	(57)		
Viagens, condução e treinamento		(61)	(55)		
Serviços de terceiros		(734)	(714)		
Propaganda e publicidade		(392)	(393)		
Tributos e contribuições		(200)	(187)		
Aluguel, condomínio e IPTU		(83)	(82)		
Reversão (Provisões) operação Eletronet	8	267			

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

(em milhares de Reais)

	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.310</b>	<b>(2.944)</b>
Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda em sociedades não controladas e sem influência significativa	(608)	(5.899)
(-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo	86	2.127
Outros resultados abrangentes - coligadas	342	(146)
Ajuste de reclassificação - invest. aval. a valor justo (líquido de IR/CS)	-	9.115
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.130</b>	<b>2.253</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMÔNIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>118.054</b>	<b>3.159</b>	<b>2.401</b>	<b>18.290</b>	-	<b>141.904</b>
Aprovação do dividendo adicional pela AGO, de 30/04/14	-	-	(2.401)	-	-	(2.401)
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	(3.773)	-	(3.773)
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	(999)	-	(999)
Ajuste de reclassificação - invest. aval. a valor justo (líquido de IR/CS)	-	-	-	9.115	-	9.115
Prejuízo do período	-	-	-	-	(2.944)	(2.944)
Absorção do Prejuízo com Reversão Reserva Legal	-	(2.944)	-	-	2.944	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>118.054</b>	<b>215</b>	<b>-</b>	<b>22.633</b>	<b>-</b>	<b>140.902</b>
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	(522)	-	(522)
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	342	-	342
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	5.310	5.310
Dividendos prescritos	-	-	-	-	316	316
Destinação do Resultado:						
Constituição de Reserva Legal	-	266	-	-	(266)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	4.020	-	(4.020)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.340)	(1.340)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>118.054</b>	<b>481</b>	<b>4.020</b>	<b>22.452</b>	<b>-</b>	<b>145.007</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

(em milhares de Reais)

	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.310</b>	<b>(2.944)</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	26	20
Resultado de participações societárias	(3.229)	(6.194)
Perda na aquisição de participação acionária	-	679
Provisão para perdas em investimentos disp. p/ venda	189	13.935
Provisão para riscos trabalhistas	300	-
Sub total	2.596	5.496
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	461	659
Ativos fiscais a compensar	(852)	(715)
Contas a receber com Partes Relacionadas	(5.152)	-
Títulos de Valores Mobiliários	(21.979)	(42.074)
	(27.522)	(42.130)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Tributos e contribuições sociais	84	101
Contas a pagar com Partes Relacionadas	13.353	59
Obrigações estimadas	105	(9)
	13.542	151
Dividendos recebidos	2.258	1.544
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(9.126)</b>	<b>(34.939)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamento de dividendos	-	(3.202)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(3.202)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(15)	(50)
Aquis. Investimentos	-	(1.520)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(15)</b>	<b>(1.570)</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.141)</b>	<b>(39.711)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>14.529</b>	<b>54.240</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>5.388</b>	<b>14.529</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.141)</b>	<b>(39.711)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

(em milhares de Reais)

	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
<b>1 - RECEITAS</b>	-	-
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.324)	(1.284)
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	(189)	(13.935)
Reversão (Perda) Eletronet	267	-
Reversão (Perda) operacional	33	(679)
	(1.213)	(15.898)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(1.213)</b>	<b>(15.898)</b>
<b>4 - RETENÇÕES</b>		
Depreciação, amortização e exaustão	(26)	(20)
	(26)	(20)
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA</b>	<b>(1.239)</b>	<b>(15.918)</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Receitas Financeiras	7.513	5.837
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	3.472	10.521
	10.985	16.358
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>9.746</b>	<b>440</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Remuneração direta	2.630	2.039
Impostos, Taxas e Contribuições	1.355	1.091
Remuneração do capital de terceiros	135	254
Remuneração do capital próprio:		
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	(2.944)
Lucros retidos	4.286	-
Dividendos	1.340	-
	9.746	440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto os mencionados em contrário)

**NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, foi criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei n.º 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. - Eletropaulo e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. - Eletropaulo, da Energias do Brasil S.A. - ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, da CPFL Energia S.A. - CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. - Eletronet, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Vale registrar que a ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto n.º 1.836, de 14 de março de 1996.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras em 30 de março de 2016.

**NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras não foram alteradas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

**2.2. Investimentos em coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do Pronunciamento Técnico CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

**2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

**2.4. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**2.4.1. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros "disponíveis para venda". A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e, posteriormente, avaliados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como "disponível para venda", são reconhecidos no patrimônio líquido. A remuneração obtida de instrumentos de patrimônio líquido, classificados como disponível para venda, é reconhecida como receita, quando é estabelecido o direito de recebimento.

**2.4.1.1. Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expirarem, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a

Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a Companhia retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e a Companhia retém o controle), a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

**2.5. Remuneração dos investimentos**

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

**2.6. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores, quando aplicável.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e Equipamentos	10 - 15 anos
Direitos de Uso de Software	5 anos
Móveis, utensílios e equipamentos	3 - 8 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

**2.7. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

**2.9. Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

**2.10. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

**2.11. Receita de dividendos e juros**

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

**2.11.1. Receita Financeira**

A receita financeira representa os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

**2.12. Apuração do resultado do exercício**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

**2.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

**2.14. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

a) **CPC**  
 As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros), publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que as IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas
- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

**NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

**3.1. Fatores de Risco Financeiro**

**I – Risco de volatilidade no preço das ações**

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

**II – Risco de crédito das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

**III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

*Análise de sensibilidade*

	Cenário base	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
Rendimento das Aplicações Financeiras	10,83%	12,00%	10,00%	14,00%
	7.513	8.328	6.940	9.716

**3.2. Gestão de Capital**

A Eletroras, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

**3.3. Estimativa do valor justo**

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

**Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representar em transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

**Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

**Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2015.

	31/12/2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	62.178	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	69.403	-	-
	<b>131.581</b>		
	31/12/2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	62.974	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	56.560	-	-
	<b>119.534</b>		

**NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	31/12/2015		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	62.178	62.178
Aplicações financeiras	69.403	-	69.403
	<b>69.403</b>	<b>62.178</b>	<b>131.581</b>
	31/12/2014		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	62.974	62.974
Aplicações financeiras	56.560	-	56.560
	<b>56.560</b>	<b>62.974</b>	<b>119.534</b>

**NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei n.º 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução n.º 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos	38	44
Aplicações Financeiras	5.350	14.485
	<b>5.388</b>	<b>14.529</b>

**NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM**

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 31/12/2015
Cotas do Fundo (venc. após 90 dias)	Pré-fixado	Banco do Brasil	64.053
			<b>64.053</b>

**NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

	31/12/2015	31/12/2014
EDP – Energias do Brasil	39	353
CTEEP	-	199
EMAE	52	-
	<b>91</b>	<b>552</b>

**NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES**

Sob a coordenação da Eletroras, as concessionárias Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas, denominadas empresas Cedentes, desenvolveram o negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte da sua infraestrutura e dos seus cabos de fibras ópticas. Dessa forma, viabilizaram não só a exploração do negócio de transporte de sinais de informações, como também a atividade de prestação de serviços de telecomunicações.

As empresas Cedentes se associaram com a iniciativa privada e, também, com a ELETROPAR, que foi identificada como uma empresa da Eletroras que apresentava a estrutura legal e estatutária compatível com os propósitos negociais que se pretendiam, e que seria a preposta daquelas junto ao sócio privado.

A ELETROPAR detém 49% do capital social da Eletronet S.A. e sua atuação consistia na intermediação da operação das redes de fibras ópticas pertencentes à Furnas, Eletrosul, Chesf e Eletronorte (Empresas Cedentes) por meio de "Contrato de Cessão de Direito de Uso" celebrado entre a ELETROPAR e as Cedentes, e de "Contrato de Constituição de Direito de Acesso", onde a ELETROPAR cedia a Eletronet o direito de acesso à infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas.

Em 2003 foi requerida pela ELETROPAR a falência com continuidade do negócio da Eletronet.

O requerimento de falência com continuidade do negócio está em trâmite junto a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cuja magistrada acolheu o pedido de confissão de falência, nos moldes requeridos pela autora, envolvendo-se a administração da Eletronet a cargo do Poder Judiciário. Diversos recursos foram interpostos pelas partes envolvidas, vários deles ainda pendentes de julgamento.

Em dezembro de 2009, a União Federal requereu o seu ingresso nos autos da falência. O Ministério Público se manifestou favorável à admissão da União Federal como interveniente no processo, tendo o M.M. Juiz admitido a mesma no feito naquela qualidade.

Nesta mesma época, as empresas Cedentes ingressaram com uma Reclamação requerendo a imissão na posse dos bens da Eletronet, cujo Relator deferiu o pedido de liminar concedendo às Reclamantes a pretensão almejada. O correspondente mandado foi cumprido no dia 15 de dezembro de 2009.

Em 2015, após a decisão da ELETROPAR, juntamente com a Eletroras, e a LT Bandeirante Empreendimentos LTDA (acionistas majoritária da Eletronet) de levantar a falência da Eletronet, foi realizada em 15 de dezembro Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a ELETROPAR concordou em conceder um desconto

de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

Credor	Valor Habilitado		Proposta					
ELETROPAR		57.356		13.340				
Em 23 de dezembro de 2015, a ELETROPAR recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil. O saldo de R\$ 4.152 está registrado no contas a receber.								
O restante do valor será pago da seguinte forma:								
• Pagamento do valor correspondente a 1/3 (um terço) em uma parcela 12 meses após a data de homologação da assembleia geral dos credores. A data prevista para o recebimento é 18/12/2016;								
• Pagamento dos outros 2/3 (dois terços) em 24 parcelas mensais e sucessivas. A data prevista para o recebimento da 1ª parcela é 18/01/2017.								
Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das cedentes, esses créditos serão repassados às cedentes, descontada a taxa de administração a qual a ELETROPAR tem direito.								
Segue abaixo, composição dos direitos e obrigações com a Eletronet e as Empresas Cedentes.								
<b>DIREITOS E OBRIGAÇÕES – ELETRONET E CEDENTES</b>								
	31/12/2014	BAIXA DE ADIANT.	BAIXA DAS OBRIG.	2% ELETROPAR	BAIXA DO CONTAS A RECEBER	PAGTO	REEMBOLSO ELETRONET	31/12/2015
Contas a receber – Cedentes	13.674	(13.674)	-	-	-	-	-	-
Contas a receber – Eletronet	59.145	-	-	-	(45.805)	(9.188)	-	4.152
Outros créditos a receber	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
Obrigações com as Empresas Cedentes	(58.471)	-	45.131	267	-	-	-	(13.073)
Adiantamentos	(11.877)	11.877	-	-	-	-	-	-
Outros créditos a pagar	(1.121)	-	1.121	-	-	-	-	-
<b>Contas a receber líquido</b>	<b>1.350</b>	<b>(1.797)</b>	<b>46.252</b>	<b>267</b>	<b>(45.805)</b>	<b>(9.188)</b>	<b>1.000</b>	<b>(7.921)</b>
Provisão para perdas	(1.350)	-	-	-	1.350	-	-	-
	-	<b>(1.797)</b>	<b>46.252</b>	<b>267</b>	<b>(44.455)</b>	<b>(9.188)</b>	<b>1.000</b>	<b>(7.921)</b>
<b>Ativo Circulante</b>	-	-	-	-	-	-	-	2.384
<b>Ativo Não Circulante</b>	-	-	-	-	-	-	-	2.768
<b>Total Ativo</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>5.152</b>
<b>Passivo Circulante</b>	-	-	-	-	-	-	-	(10.305)
<b>Passivo Não Circulante</b>	-	-	-	-	-	-	-	(2.768)
<b>Total Passivo</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>(13.073)</b>

**RESULTADO – ELETRONET E CEDENTES**

	31/12/2015
Reversão de perdas	1.350
Perda crédito Eletronet	(45.805)
Perda crédito Cedentes	(1.797)
Ganho com a baixa de obrigações Cedentes	46.252
<b>Baixa das operações - Eletronet e Cedentes</b>	<b>0</b>

**Resultado de taxa de administração**

	<b>267</b>
--	------------

O resultado positivo de R\$ 267 refere-se a recuperação de parte da taxa de administração devida à ELETROPAR.

**NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR**

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF sobre juros sobre capital próprio	7	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.027	877
IRRF – exercícios anteriores	4.082	4.378
IRRF – exercício 2014	987	-
CSLL - antecipada	5	4
COFINS/PIS	3	-
	<b>6.111</b>	<b>5.259</b>
Circulante	3.919	2.518
Não Circulante	2.192	2.741
	<b>6.111</b>	<b>5.259</b>

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Tributos sobre o Lucro.

**NOTA 10 - INVESTIMENTOS**

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 31 de dezembro de 2015 está distribuída da seguinte forma:

**I – Empresas avaliadas pelo valor justo**

	Valor de Mercado		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	(disponível para venda)				
	2015	2014			
Eletropaulo <sup>1</sup>	17.603	18.148	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil <sup>2</sup>	17.888	13.326	ON	1.485.675	0,31
CPFL Energia <sup>3</sup>	26.687	31.500	ON	1.758.021	0,18
	<b>62.178</b>	<b>62.974</b>			

<sup>1</sup> Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. – ELETROPOL  
<sup>2</sup> EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL  
<sup>3</sup> CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

Caso seja constatada uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

Em 2014 e 2015 foram registradas perdas pela redução ao valor recuperável do investimento que a ELETROPAR mantém em sua investida Eletropaulo, no montante de R\$ 13.935 e R\$ 189, respectivamente.

**II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial**

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a Eletroras, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	1.060.225	0,6578
EMAE	PN	523.911	1,420

**Mutação dos Investimentos**

	CTEEP	EMAE	TOTAL
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>18.373</b>	<b>9.662</b>	<b>28.035</b>
Ajuste de equivalência	2.380	846	3.226
Outros resultados abrangentes	-	342	342
JCP/Dividendos	(2.206)	(52)	(2.258)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>18.547</b>	<b>10.798</b>	<b>29.345</b>

O Patrimônio Líquido da CTEEP é ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema Eletroras. Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP

	CTEEP	Partic. 0,6578%
<b>Patrimônio Líquido 31/12/15</b>	<b>5.336.205</b>	<b>35.102</b>
Ajustes acumulados	(2.516.964)	(16.070)
<b>Saldo ajustado em 31/12/15</b>	<b>2.819.241</b>	<b>18.547</b>

**Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica**

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória n.º 579/12, convertida na Lei n.º 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na

**NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social**

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	5.936	(2.425)
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	2.018	(825)
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos	(1.164)	(3.481)
Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda	64	4.738
Reversão Provisão Eletronet	(91)	-
Provisão Riscos Trabalhistas	102	-
Outros	(303)	87
	(1.392)	1.344
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado</b>	<b>626</b>	<b>519</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>10,54%</b>	<b>-</b>

**II – Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Saldo em 31/12/2014	11.428
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(86)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>11.342</b>

**NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**I – Capital Social**

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS		AÇÕES	
	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)
Eletroras	1	83,71	9.848.904	83,71
Minoritários	28.857	16,29	1.915.985	16,29
	<b>28.858</b>	<b>100,00</b>	<b>11.764.889</b>	<b>100,00</b>

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 12,33 por ação (R\$ 11,98 por ação, em 31 de dezembro de 2014).

**II - Remuneração aos acionistas**

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para ações, respectivamente, do capital social relativo a esta espécie e classe de ações.

A proposta de remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2015, no valor de R\$ 0,45564 por ação, corresponde a 100% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei n.º 6.404/76 acrescidos dos dividendos prescritos referentes ao ano de 2011 e 2012, e será atualizada com base na taxa Selic, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do decreto n.º 2.673 de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre capital próprio.

A atualização incide a partir de 01 de janeiro de 2016 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data está a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que apreciará a presente Demonstração Financeira e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa Selic incidirá IRRF.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2015, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, que monta R\$ 1.340 (no valor de R\$ 0,11391 por ação). O restante, no valor de R\$ 4.020 (no valor de R\$ 0,34173 por ação), está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

Lucro Líquido do Exercício	5.310	
(-) Reserva legal	(266)	
Lucro Líquido Ajustado	5.044	
(+) Dividendos prescritos	316	
Saldo a distribuir	5.360	
		Dividendo p/ ação
Proposta de destinação do resultado:		
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.340	0,11391
Dividendo adicional proposto	4.020	0,34173
	5.360	0,45564

**NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

01/01/2015 a 31/12/2015			
Numerador		<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	5.310		5.310
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações	11.765		11.765
% de ações em relação ao total	100%		100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)		<u>0,4513</u>	<u>0,4513</u>
01/01/2014 a 31/12/2014			
Numerador		<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	(2.944)		(2.944)
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações	11.765		11.765
% de ações em relação ao total	100%		100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)		<u>(0,2502)</u>	<u>(0,2502)</u>

**NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a ELETROPAR possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

**I – Controladora**

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletroras são apresentados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
<b>PASSIVO</b>		
Contas a pagar		
- Eletroras <sup>4</sup>	1.094	788
	<u>1.094</u>	<u>788</u>
<b>RESULTADO</b>		
Gastos com pessoal requisitado	2.264	2.139
Aluguel	83	82
Energia	14	9
	<u>2.361</u>	<u>2.230</u>

<sup>4</sup> Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletroras em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre Eletroras e ELETROPAR para utilização, pela ELETROPAR, da infraestrutura administrativa da Eletroras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da ELETROPAR, cujo espaço físico está sublocado pela Eletroras à ELETROPAR, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletroras dos gastos com o pessoal requisitado pela ELETROPAR à Eletroras

**II – Coligadas**

	31/12/2015	31/12/2014
<b>CTEEP</b>		
<b>ATIVO</b>		
Remuneração dos investimentos	2.206	1.480
Participação Societária	18.547	18.373
	<u>20.753</u>	<u>19.853</u>

	31/12/2015	31/12/2014
<b>RESULTADO</b>		
Perda na subscrição	-	(679)
Resultado com participações societárias	2.380	878
	<u>2.380</u>	<u>198</u>

	31/12/2015	31/12/2014
<b>EMAE</b>		
<b>ATIVO</b>		
Remuneração dos investimentos	52	64
Participação Societária	10.798	9.662
	<u>10.850</u>	<u>9.726</u>

	31/12/2015	31/12/2014
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Outros resultados abrangentes	342	(999)
	<u>342</u>	<u>(999)</u>
<b>RESULTADO</b>		
Resultado com participações societárias	846	5.317
	<u>846</u>	<u>5.317</u>

**III – Eletronet e empresas cedentes**

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa n.º 8.

**IV – Remuneração do pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.050	945
Encargos Sociais	342	283
Benefícios	35	37
	<u>1.427</u>	<u>1.265</u>

**NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais**

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionária uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui causas judiciais com perda estimada como provável. Segue abaixo o montante de causas, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável. Este valor foi provisionado em dezembro de 2015.

Natureza	Valor
Trabalhista	300
<b>TOTAL</b>	<b>300</b>

**NOTA 17 - Eventos Subsequentes**

**I – Levantamento de falência Eletronet**

Em 24 de fevereiro de 2016, foi proferida a decisão do Juízo Falimentar, na qual foi condicionada a entrega da administração da Eletronet aos acionistas após o cumprimento de dois pontos pela Síndica, quais sejam: (i) a implementação dos pagamentos à vista autorizados pela Assembleia de Credores, e (ii) a publicação do edital mencionado no § 2º do art. 132 da Lei de Falências; tal como já determinado no item III da sentença às fls. 12.524.

Por não terem sido concluídas as obrigações acima, a Eletronet ainda não foi devolvida aos acionistas.

**II – Pagamento obrigações cedentes**

Do valor contabilizado no contas a pagar referente a 1ª parcela dos créditos recebidos da Eletronet que serão repassados às cedentes, descontada a taxa de administração a qual a ELETROPAR tem direito, R\$ 3.163 foi pago a Chesf no dia 22 de março de 2016.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo <i>Diretor-Presidente</i>	Jorge José Teles Rodrigues <i>Diretor Superintendente e de Relações com Investidores</i>
	Glauco Dourado dos Santos <i>Contador</i> CRC-RJ 101.402/O-6
	<b>Conselho de Administração</b>
	Alexandre Vaghi de Arruda Aniz <i>Presidente</i>
Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo <i>Conselheiro</i>	Carlos Alberto Policaro <i>Conselheiro</i>
Francisco de Assis Duarte de Lima <i>Conselheiro</i>	Edmilson Gama da Silva <i>Conselheiro</i>
	<b>Conselho Fiscal</b>
	André de Sosa Verri <i>Presidente</i>
Luiz Manoel Claro Soares <i>Conselheiro</i>	Paulo Sergio Petis Fernandes <i>Conselheiro</i>

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da  
 Eletroras Participações S.A - ELETROPAR  
 Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletroras Participações S.A. - ELETROPAR ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Eletroras Participações S.A. – ELETROPAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 30 de março de 2016.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo  
*Diretor-Presidente*

Jorge José Teles Rodrigues  
*Diretor Superintendente e de Relações com Investidores*

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – KPMG, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Eletroras Participações S.A. – ELETROPAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em reunião realizada em 30 de março de 2016.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo  
*Diretor-Presidente*

Jorge José Teles Rodrigues  
*Diretor Superintendente e de Relações com Investidores*

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sem ressalva**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletroras Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

**Ênfase**

Conforme mencionado na nota 10, a investida Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A - CTEEP possui o ativo referente a investimentos de transmissão, no montante de R\$ 1.490.986 mil (feito na Companhia - R\$ 9.766 mil), que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes  
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero  
 Contadora CRC 1SP196751/O-4



Danilo Siman Simões  
 Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Eletroras Participações S.A. – ELETROPAR, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII, do Artigo 163, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada no dia de hoje, examinaram o Relatório da Administração; a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras; a Declaração dos Dirigentes sobre o Relatório dos Auditores Independentes; o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Resultado do Exercício; a Demonstração do Resultado Abrangente; a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; a Demonstração dos Fluxos de Caixa; a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada às 15h desta mesma data, bem como o Relatório da KPMG Auditores Independentes, também desta data, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, sem ressalva, observando-se a Ratificação do parágrafo de ênfase no Relatório dos Auditores Independentes da KPMG –AUDITORES INDEPENDENTES, relativo à investida Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, nos seguintes termos: "Conforme mencionado na Nota 10, a investida CTEEP possui o ativo referente a investimentos de transmissão no montante de R\$ 1.490.986 mil (feito na Companhia – R\$ 9.766 mil), que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto". Assim sendo, e louvados no referido Relatório dos Auditores Independentes, concluíram que a mencionada documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016.

ANDRÉ DE SOSA VÉRRÍ  
 PAULO SERGIO PETIS FERNANDES  
 LUIZ MANOEL CLARO SOARES



Ministério de  
**Minas e Energia**



[www.eletobraspar.com](http://www.eletobraspar.com)